

A função social do farmacêutico

Penso que quando alguém se propõe a uma determinada atividade profissional, ele não deve estar egoisticamente projetando apenas a sua satisfação vocacional. Entendo mesmo que a relação dialética, embora não plena, entre quem presta seu ato profissional e aquele que o recebe é indispensável para que esta satisfação seja completa. Para ambas as partes. É uma espécie de intercambialidade. Esta expressão, que ganha notoriedade com o surgimento dos medicamentos genéricos, há muito, já tinha realidade nas mais variadas situações de vida, exceção, quem sabe, à preferência pelos clubes de futebol, cuja regra íntima é para “toda a vida”.

Na profissão farmacêutica, o farmacêutico poderá, ou não, prestar a sua atividade diretamente ao utente, como dizem os portugueses, ao cliente ou usuário, ou, ainda, ao consumidor, que me parece a identificação e expressão menos adequada, ainda que muito usada, na imagem comercial que oferecem as drogarias e farmácias.

No silêncio sagrado de um laboratório, como diria o saudoso Prof. Di Primio, em épocas em que a concentração predominava à sonorização, mesmo “à distância”, ele também estaria desempenhando sua colaboração como “técnico-científico” da área da saúde, sem que a efetiva situação de “olhos nos olhos” viesse a impedir a sua satisfação profissional. Está o farmacêutico, sem dúvidas, inserido no universo maior da promoção, proteção e recuperação da saúde, nos âmbitos individual e coletivo.

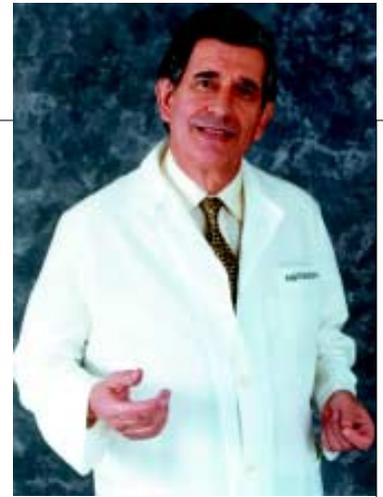
Emerge, nesta avaliação, entre os programas desenvolvidos para que se efetive a atenção farmacêutica, e para que as farmácias venham a se moldar em oficinas de serviços de saúde para o uso racional e adequado de medicamentos, a preocupação pelo acesso da população a estes medicamentos. O uso correto destes, para que se transformem em remédios e para que sejam evitadas as tão possíveis iatrogenias, não significa necessariamente a limitação ao seu acesso, como está ocorrendo.

O limite a este acesso, infelizmente, está balizado pelo preço a ser pago por quem dele necessite. E, nesta realidade, um tratamento prescrito com a utilização de medicamentos adequados acaba não acontecendo. E não acontecendo, todo o caminhar ficou perdido. O farmacêutico, como profissional da saúde e para a saúde, não pode ficar indiferente. O farmacêutico, como “o profissional do medicamento”, não pode passivamente assistir a este quadro. Não apenas pelo preceito constitucional de que a saúde é um direito de todos, mas pela busca da realização social como cidadão habilitado para tanto, pois a saúde, assim como a educação, é uma necessidade individual e também coletiva, para que se alcance uma harmonia e a segurança social.

Observe-se que, no referencial da indústria farmacêutica, as recentes manchetes dos jornais estampam: “Os medicamentos genéricos, no último ano, conquistaram uma fatia importante do mercado, o volume de unidades vendidas cresceu 614%, foram comercializadas 70 milhões de unidades, o faturamento do segmento saltou 500%, de US\$ 25,4 milhões para US\$ 126,7 milhões”. As expressões usadas destacam: “fatia de mercado”, “unidades vendidas”, “comercializadas”, “faturamento” ... e a notícia complementa-se com o fato de que os genéricos já alcançam 6,72% do faturamento das 1,3 mil “lojas” associadas à Abrafarma, com os 426 disponíveis, entre os atuais 582 medicamentos genéricos registrados em suas quase 2 mil apresentações.

Completando o destaque mercantilista, lamenta o setor, que houve apenas um deslocamento do consumo dos medicamentos de marca para os genéricos, em face do desemprego e da baixa renda, tendo caído este consumo, nos últimos cinco anos (entre 1996 a 2002), de 1,82 bilhão de unidades para 1,6 bilhão. A par dos números apresentados, fiquemos com esta “baixa” sofrida nos últimos cinco anos.

Enquanto estatisticamente a população aumenta, o seu poder de acesso aos medicamentos diminui, consi-



Gustavo Baptista Éboli,
Conselheiro Federal de Farmácia pelo Rio
Grande do Sul, Presidente da Fepafar
(Federação Pan-americana de Farmácia)

deravelmente. Pensemos no todo. Quantas consultas, quantos diagnósticos, quantas prescrições, quanto custo a mais para o sistema, quanto tempo de vida perdido? O momento não aceita a indiferença. O penta, ainda festejado, deixará de ser o bálsamo. O momento cruel não é só nosso. A fragilização, pela ausência de saúde, também se globaliza. E não podemos permanecer indiferentes.

Há países que, através das chamadas “obras sociais”, estendem o benefício dos medicamentos prescritos nas consultas realizadas através das instituições públicas, que são recebidos através da rede de farmácias comunitárias privadas credenciadas, e onde, mais facilmente, o farmacêutico pode contribuir com a atenção farmacêutica e a farmacovigilância.

O cliente certamente realizará todo o tratamento proposto. Na atual insuficiência da previdência pública, por recursos desviados ou por má administração, outra forma de proporcionar o acesso aos medicamentos e a respectiva atenção farmacêutica, já no enfoque das instituições privadas, é a de estimular os empregadores ao convênio com empresas tipo BPM, que vêm ampliando a concessão da assistência aos empregados, incluindo a dispensação dos medicamentos por farmacêuticos das farmácias credenciadas.

A expressão de que o medicamento é um bem social tem que se materializar. A participação política dos farmacêuticos no “preparar o caminho” para a sua atuação também faz parte. Mais do que isso, é sua responsabilidade como profissional da saúde e como cidadão, em um país, e num mundo latino-americano onde nos encontramos associados, ainda emergente, e muito ansioso por dias melhores.